

**OS SINO-MOÇAMBICANOS DA BEIRA.**  
*MESTIÇAGENS VÁRIAS*

**Eduardo Medeiros**

Núcleo de Estudos Sobre África do Centro  
Interdisciplinar de História, Culturas e  
Sociedades (CIDEHUS) da Universidade de Évora

## **Os sino-moçambicanos da Beira. Mestiçagens várias<sup>1</sup>**

*Trocas multiculturais em contextos coloniais moçambicanos, envolvendo referências identitárias africanas, europeias e asiáticas, constituem o foco analítico do presente texto. A observação de processos de miscigenação (biológica e sobretudo cultural) registados nos séculos XIX e XX, em Moçambique colonial e também em alguns espaços da diáspora deste país, sugerem que a ideologia colonial de «separatismos culturais» e de gestão manipulativa das diferenças socioculturais entre populações africanas, chinesas, indianas e portuguesas não conseguiu suplantar os processos espontâneos de hibridação e de transculturação das comunidades consideradas, gerando continuamente novas identidades e, com elas, também novas tensões e recomposições sociais.*

## **The Sino-Mozambicans of Beira. Cross-cultural encounters**

*The focus of this article is on cross-cultural encounters, involving African, European and Asian identities, that occurred in colonial Mozambique in the 19th and 20th. It suggests that the colonial ideology of «cultural separatism» and the manipulative management of socio-cultural differences between African, Chinese, Indian and Portuguese populations did not succeed in supplanting the spontaneous processes of hybridization and transculturation of these communities. It generated continuously new identities and, with them, also new tensions and social recompositions.*

---

<sup>1</sup> A primeira versão deste artigo foi apresentada na Conferência Internacional sobre *Sociedades Creoulas em África – Oceano Índico Atlântico Sul: Mestiçagem, Mediação, Identidade*, realizada na cidade do Mindelo, na Ilha de S. Vicente, Cabo Verde, nos dias 7, 8 e 9 de Julho de 2005, e organizada pelo King's College de Londres (Prof. Malyn Newitt), e África Debate, Lisboa (Dra. Isabel Ferreira).

À memória de Luís Polanah

## Introdução: contactos multiculturais em contextos coloniais

---

Entre 1858 – data da chegada à Ilha de Moçambique dos primeiros «coolies»<sup>2</sup> – e 1975 – data da Independência de Moçambique –, os imigrantes chineses e seus descendentes locais passaram a estar presentes nas relações que se foram tecendo entre os diferentes grupos étnicos e raciais de cada uma das regiões da colónia onde se instalaram, locais de encontro de culturas e de processos complexos de aculturação.

Mas nesses encontros e desencontros, as diferenças de cor e de cultura foram quase sempre vividas por preconceitos raciais e étnicos, com frequência expressos nas próprias leis coloniais. Apesar disto, as diferenças foram também matizadas por um multiculturalismo vivido, sem a celebração, contudo, de uma sociedade multicolor. No caso particular da Beira, a sociedade local foi efectivamente caracterizada por um desenvolvimento separado das culturas<sup>3</sup> sob o domínio da Companhia de Moçambique e do Estado português subsequente.

Num tal quadro político e ideológico os mestiços «não tinham bandeira», como dizia a *vox populi* da população negra<sup>4</sup>, eles eram a «Raça do Talvez», no dizer do escritor angolano Pepetela. Mesmo assim, esse *non-lieu* da época não impediu vários e importantes fenómenos de mestiçagem que ocorreram ao longo do período aqui considerado, para não falar dos processos mestiços entre as populações negras em períodos anteriores à colonização moderna e durante todo o século xx como referiremos.

Propomos tratar neste artigo alguns aspectos das transformações culturais ocorridas, e dos cruzamentos mestiços tomando a comunidade chinesa da cidade da Beira como estudo de caso, mas comparando-a à de Lourenço Marques sempre que seja pertinente. Pretendemos apresentar factos relativos à formação e evolução da comunidade chinesa da Beira e à evolução da sua inserção sociocultural num contexto de exploração colonial, no qual foram objecto e sujeito, e da sua existência como comunidade receptora e fornecedora de *inputs* multiculturais.

---

<sup>2</sup> «Coolies» foi a designação usada pelos britânicos durante a segunda metade do século xix e primeiro decénio do século xx para designar os contratados indianos e chineses nas suas possessões do Oceano Índico e da Ásia do Sudeste. No território de Macau sob administração portuguesa, as designações correntes dos contratados chineses no século xix eram as seguintes: «Cules Chinas», «Cules Chinos», «Cules Chineses». *Boletim Oficial de Macau*, 1858.

<sup>3</sup> Não era propriamente o «apartheid» sul-africano, embora a sua influência fosse notória em Moçambique, e em particular na Beira.

<sup>4</sup> Várias vezes falámos desta questão com Luís Polanah, também ele produto de mestiçagens, nascido no Chinde, onde as suas tias privavam com famílias chinesas mestiças.

Desde logo, começaremos por falar da miscigenação no seu sentido primeiro, o biológico, reconhecendo embora que esta problemática de miscigenação biológica seja considerada hoje um «non-sens» do ponto de vista genético. Tratarei em seguida das mestiçagens culturais que se foram processando até ao fim da era colonial, em 1975, com alguns apontamentos para situações socioculturais da diáspora moçambicana. Como a *mestiçagem* biológica e as mestiçagens culturais implicaram processos identitários sociais e culturais característicos, abordarei também algumas destas questões.

## **A formação das comunidades sino-moçambicanas e o sentido dos números**

Data de 18 de Fevereiro de 1858 a chegada à Ilha de Moçambique – na altura capital das possessões portuguesas da África Oriental<sup>5</sup> – do primeiro grupo de 30 chineses da época moderna contratado pelo Governador-geral João Tavares d'Almeida<sup>6</sup>. Eram homens de diversos ofícios, sendo 8 carpinteiros, 12 pedreiros, 4 ferreiros, 4 cobreiros, e 2 picadores de pedra que o governo da Metrópole

*«desejoso de promover o melhoramento e progresso desta importante possessão mandou engajar em Macau, para introduzir [na Ilha] trabalhadores laboriosos, e sóbrios, que poderão com o seu exemplo, e com o seu trabalho utilmente aproveitado servir de grande vantagem a esta Província» (Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Moçambique, 1858)<sup>7</sup>.*

Na verdade, desta iniciativa do governador nada resultou de concreto. Ela inscreveu-se por mimetismo no dinâmico contexto do engajamento de «coolies» pela Inglaterra e pela França para as Ilhas do Oceano Índico ocidental<sup>8</sup>. O governador português pretendia certamente conservar e melhorar a sua cidade,

<sup>5</sup> Foi em 1898 que o Governador-Geral de Moçambique, o capitão-de-fragata Álvaro António da Costa Ferreira, resolveu transferir da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques a sede do governo da Província, a título provisório, o que veio a tornar-se definitivo três anos depois. Foi um Decreto com força de Lei, de 23 de Maio de 1907, que oficializou Lourenço Marques como capital (*Boletim Oficial*, Suplemento, 1907).

<sup>6</sup> Antes desta época houve a vinda de alguns chineses, chinesas e mestiços chineses para Moçambique que deram origem a filhos mestiços, como o famoso Nicolau Pascoal da Cruz, militar sino-tailandês ou luso-siamês, do Massangana (1767), na Zambézia, e seus célebres descendentes António José da Cruz, Joaquim José da Cruz (o *Nhaude* = teia de aranha, terror), e António Vicente da Cruz (o *Bonga* = gato bravo). Mas esses poucos chineses mestiços chineses nunca deram origem a comunidades sino-moçambicanas.

<sup>7</sup> Grafia actualizada pelo autor, E.M.

<sup>8</sup> Foi em 1829 que colonos britânicos importaram a título de experiência para as plantações de cana-de-açúcar da Ilha Maurícia quarenta trabalhadores chineses. Seguiram-se outros para as plantações de cana-de-açúcar na África do Sul e demais territórios coloniais sob domínio britânico e francês. A partir dos anos 60 do século XIX, milhares de «coolies» indianos foram recrutados para as plantações de cana-de-açúcar na província do Natal, na África do Sul. No seguimento destes chegaram «coolies» e imigrantes livres chineses. A imigração livre esteve relacionada com toda a problemática e política do sudeste asiático.

mas o que estava na ordem do dia no seu tempo era, nos portos do norte de Moçambique, o tráfico clandestino de escravos e a venda dos «livres engajados» (*libres engagés*) para essas mesmas Ilhas do Índico<sup>9</sup>.

Sabemos pouco do destino que tiveram esses 30 homens. Se fizemos fé na memória local, pelo menos alguns deles terão permanecido na Ilha e outros foram para as Terras Firmes do Continente, em particular a Cabaceira Grande,

*«onde se dedicaram à horticultura e mais tarde à colecta e exportação de holotúrias<sup>10</sup> (pepinos do mar, macajojos, na terminologia local). Os poucos que ficaram pela Ilha também se terão dedicado à horticultura numa zona que ainda hoje se chama Rua das Hortas, e onde há uma casa de tipo colonial que se diz ter sido um Templo Chinês»* (Lopes 1982).

Filhos destes homens com mulheres africanas da região, que os houve certamente, foram «absorvidos» pela dinâmica linhageira matrilinear, não constando que tenham renovado o grupo asiático originário dos seus pais.

Foi a partir de 1881 – já num contexto de implantação do capitalismo imperial – que a procura de «coolies» chineses se tornou consistente na colónia. A construção das duas principais cidades, Beira e Lourenço Marques, os respectivos portos e caminhos-de-ferro, as açucareiras do Baixo Zambeze (*Sena Sugar States*) e do vale do rio Búzi (*Companhia do Búzi*)<sup>11</sup> e outros empreendimentos coloniais modernos careciam de artesãos mais ou menos hábeis e a baixo preço que a mão-de-obra especializada proveniente da Europa não satisfazia pelo seu elevado custo (Costa 1902). Por isso, a 20 de Agosto deste ano, o governador-geral, visconde de Paço d'Arcos, enviou um ofício ao governador de Macau, J. A. A. Carlos Real, que foi recebido na secretaria daquele governo a 17 de Novembro (Arquivo Histórico Ultramarino, 1881), para solicitar contratados chineses para Moçambique. O visconde argumentava que os negros de Moçambique não estavam aptos para o trabalho e, por isso, pretendia recorrer aos chineses, pois conhecia a sua índole trabalhadora e activa, e engenho para a indústria, agricultura e artes, e sabia também da contratação de «coolies» por diferentes colónias<sup>12</sup>. O governador-geral explicitava que pretendia:

<sup>9</sup> Vide textos de: Edward A. Alpers (1975, 1998), José Capela (1982; 1993; 2002), José Capela e Eduardo Medeiros (1988); Medeiros (1988a).

<sup>10</sup> Género de equinodermos de tegumento coriáceo e cilíndrico (Cândido de Oliveira).

<sup>11</sup> Há referências bastantes sobre os pequenos núcleos de sino-asiáticos de Marromeu e de Nova Lusitânia, ambos fazendo parte da comunidade beirense.

<sup>12</sup> Carlos Eugénio Correia da Silva, visconde de Paço d'Arcos, fora ministro plenipotenciário nas cortes da China, Japão e Sião, e governador de Macau.

*«carpinteiros (de barco e de machado) ou marceneiros; alguns pedreiros, canteiros, estucadores ou outros que possam ser utilizados nas obras públicas; carregadores para as companhias braçais das alfândegas (homens habituados ao serviço de embalagem e de armazenagem); homens para serviço de polícia, como os que havia em Macau, com boas notas e habituados no manejo das armas. O pagamento seria feito em Moçambique pela Direcção das Obras Públicas, de acordo com o merecimento de cada um e a natureza do seu trabalho. De acordo com o que já se praticava com trabalhadores indianos havia o pagamento de 800 réis diários (mínimo) e 1.500 réis (máximo). Podiam vir com família» (Arquivo Histórico Ultramarino, 1881).*

Veremos ao longo deste texto que Moçambique nunca chegou a ser propriamente uma terra de contratados chineses em larga escala, mas na leva dos «coolies» vieram imigrantes livres. Veremos também que apesar da permissão para a vinda dos familiares dos contratados, essa vinda não se concretizou de modo consistente durante os três primeiros decénios da imigração. Só a partir dos anos trinta do século xx é que as mulheres chinesas, esposas ou simplesmente familiares, começaram a demandar Moçambique em número significativo<sup>13</sup>.

O pedido do governador teve resposta satisfatória, pois seis anos volvidos, em 1887, chegaram à região de Lourenço Marques os primeiros operários vindos de Cantão para a construção do caminho-de-ferro de Lourenço Marques para a África do Sul, empreendimento que se realizou entre 1887 e 1889<sup>14</sup>, e para o território de Manica e Sofala, mais a norte, sob administração da Companhia de Moçambique, também foram contratados «coolies» chineses para a construção do porto e do caminho-de-ferro para a Rodésia Beira-Umtali, 1892-1898<sup>15</sup>. Tanto nestas como noutras tarefas «vieram a demonstrar vastos conhecimentos e muita perfeição, o que tornava impossível a concorrência de operários europeus», lastimava Eduardo Costa (1902). Os que ficaram pela povoação depois das obras nos portos e caminhos-de-ferro deram valiosa contribuição para o crescimento dos dois burgos, ajudando na construção dos edifícios públicos e das casas de particulares.

<sup>13</sup> Em meados de 1898 foi registada a primeira mulher chinesa em Manica e Sofala entre 104 homens; em 1928, dos 475 chineses, 64 eram mulheres; em 1935, foram registados 391 homens e 80 mulheres; em 1940, 536 homens e 200 mulheres; em 1950, 479 homens e 281 mulheres, e em 1970, 702 homens e 668 mulheres sino-asiáticas.

<sup>14</sup> Há também uma vaga referência a trabalhadores chineses na construção da linha de caminho-de-ferro que ligou Lourenço Marques a Komatipoort publicada em *A Colónia Portuguesa de Moçambique. Lourenço Marques* (Imprensa Nacional, 1929: 24), todavia não foram ainda encontradas provas documentais.

<sup>15</sup> A linha férrea Beira-Umtali começou a ser construída em 1892 num ponto situado a 40 milhas da foz do rio Pungué, num local que passou a ser chamado Fontesvilla, e onde os chineses da linha começaram a abrir as suas primeiras «machambas». O transporte entre o porto e essa estação ferroviária era feito por lanchas de pequeno calado. Os troços Beira-Fontesvilla e Chimoio-Umtali foram feitos mais tarde quando a fama de ouro em Manica correu mundo. A linha de via larga de Umtali a Salisbury ficou concluída em Maio de 1899.

Todavia, ainda não foram encontrados documentos com referências precisas sobre os primeiros contingentes de «coolies» que chegaram a Lourenço Marques e à Beira, como foi para o caso de 1858 no que respeita à Ilha de Moçambique. As estatísticas demográficas conhecidas do último quartel do século XIX até 1928 vão referindo pequenos grupos de trabalhadores chineses contratados e imigrantes que se lhes foram juntando; os registos dos períodos coloniais seguintes mostram como a população chinesa foi crescendo até à data da Independência. Referem também o nascimento de filhos desses imigrantes na colónia. No fim do século XIX, em 1899, os números oficiais apontam para 69 indivíduos do sexo masculino e 2 do sexo feminino nos territórios da *Companhia de Moçambique*, 52 em Lourenço Marques e no Sul do Save, e mais alguns no norte da colónia. No início dos anos 70 do século XX residiam 1370 indivíduos chineses (702 H e 668 M) nos distritos de Manica e Sofala, dos quais 1019 (518 H e 501 M) tinham a nacionalidade portuguesa, e 2744 no restante território. Num estudo que fizemos sobre a evolução demográfica dos chineses em Moçambique (Medeiros, s/data) mostrámos que estes números não eram fiáveis, e isto porque nunca registavam os clandestinos a cargo das Tríades<sup>16</sup>, e, mais importante do que isto, porque não registavam como a própria comunidade o fazia, muitos dos filhos varões mestiços que desde o começo da imigração foram nascendo.

Mesmo assim, os dados estatísticos mostram que desde o último decénio do século XIX até aos anos sessenta do século passado, a população imigrante chinesa foi-se instalando em vários pontos da colónia e diversificando as suas actividades ocupacionais. Os artesãos mais ou menos especializados da primeira vaga transformavam-se em horticultores na periferia<sup>17</sup> das cidades da Beira e de Lourenço Marques quando não tinham trabalho nas obras ou quando chegaram familiares e não tinham emprego; dedicaram-se alguns à pesca e à colecta de holotúrias no Inhassoro e Mambone, na região centro-sul da colónia, entre o rio Búzi e o rio Save, e no norte, em Mocímboa, Ibo e outras praias do litoral do oceano Índico. Anos volvidos transformaram-se quase todos e suas famílias em «cantineiros» para o comércio com a população negra. Por fim, a partir dos anos 30, surgiram comerciantes na cidade de cimento dos colonos, e mais tarde, nos anos 50 e 60, alguns abriram fabriquetas de confecções e outras indústrias, e os jovens saídos das escolas portuguesas passaram a trabalhar nas instituições públicas e privadas.

<sup>16</sup> Sobre a transformação das Confrarias políticas em Tríades e sua caracterização na História do século XX, ler Martin Booth (1992 [1990]) e João Guedes (1991).

<sup>17</sup> A periferia do núcleo urbano das duas cidades foi-se modificando, obviamente, ao longo dos anos. Aliás, para efeitos dos sucessivos alargamentos os comerciantes e horticultores chineses, indianos e população negra foram sendo escorraçados sempre para mais longe.

## As miscigenações biológicas<sup>18</sup>

Os contratados e imigrantes chineses das duas primeiras vagas que chegaram a Moçambique entre 1858 e 1928 eram homens adultos, na maioria casados e com filhos, mas tanto as mulheres como os filhos aguardavam nas suas aldeias de origem a oportunidade para se juntarem no ultramar aos maridos e pais. O que nem sempre veio a suceder.

Desde a sua chegada a terras africanas, estes homens estabelecem relações matrimoniais com mulheres negras das regiões onde se instalaram. Destas uniões nasceram filhos, e muitos<sup>19</sup>. E isto sucedeu até aos anos 60 do século xx, mas de um modo mais intenso até aos anos 40. Convém referir que as estatísticas da população de origem chinesa que foram sendo elaboradas ao longo dos anos pela administração portuguesa e pela *Companhia de Moçambique* pecam por defeito. Para a questão da mestiçagem biológica de que me ocupo agora, elas não registaram o número total de chineses que estiveram na colónia num determinado período de tempo, por vezes curto, é certo, ou porque regressaram às terras de origem pouco depois de terem chegado, ou porque, o mais das vezes, faleceram nesta diáspora<sup>20</sup>. Ou seja: uma população flutuante que de facto transitou por cada uma das duas principais regiões moçambicanas num determinado espaço de tempo e foi superior ao número de «amarelos» em cada registo estatístico. Sabemos hoje pelas genealogias que temos vindo a estabelecer que muitos desses homens deixaram progenitura em terras africanas. Ver mais adiante dois estudos de caso.

Começou portanto a constituir-se desde o início da imigração e nas zonas de implantação dos chineses, uma comunidade de mestiços sino-africanos – assim passarei a designar estes mistos de pai chinês e mãe africana, – mais adiante farei uma distinção entre sino-africanos e afro-asiáticos. O conjunto da população destas duas categorias foi crescendo devido a novos nascimentos mistos e, anos volvidos, de casamentos entre membros da própria comunidade sino-africana. Casamentos que passaram a realizar-se entre mestiços, entre mestiços e africanos, entre varões mestiços chineses que foram inseridos na comunidade sino-asiática e mulheres chinesas, e entre sino-asiáticos e mulheres mestiças, dando todos

<sup>18</sup> As questões das uniões (ditas) mistas são analisadas no pós-modernismo no âmbito dos debates culturalistas e também das problemáticas pós-coloniais. Para o(s) período(s) a que este texto se refere, as clivagens raciais e étnicas inscreviam-se nas lógicas do Império colonial (e de Gobineau), cujas classificações são aqui apresentadas e que consideravam as mestiçagens como algo de impuro.

<sup>19</sup> Para cada genealogia estabelecida de uniões mistas dos primeiros chineses da Beira encontramos um número de filhos dentro de um intervalo de 7 a 11.

<sup>20</sup> «Poucos chineses têm aqui a sua família constituída legitimamente, relativamente grande é a mortalidade que os dizima (36 por mil) e quase não vem da China reforço para a Colónia chinesa que aqui vive», in: [A] *Colónia Portuguesa de Moçambique*. Lourenço Marques (Imprensa Nacional, 1929: 22, 24 e 26).



origem a miscigenações biológicas de segundo e terceiro grau. A dificuldade de obter esposa na China durante as duas Grandes Guerras, mas sobretudo a partir de 1949, e a imposição de casamentos exogâmicos, emagreceram a possibilidade de casamentos no interior das comunidades dos sino-asiáticos da Beira e de Lourenço Marques, e de todos estes com mulheres das terras de origem.

Na maioria dos casos de uma família local constituída por um homem chinês e uma mulher africana ou mestiça, quando chegava a mulher proveniente da China, já com um ou outro filho, formavam-se verdadeiras famílias poligínicas<sup>21</sup>. Mas a comunidade sino-asiática da vaga migratória posterior à IIª Guerra Mundial pretendeu «purificar a etnia». Voltaremos mais adiante a isto e das razões políticas deste grupo.

A poligamia não se tinha tornado uma questão local, era já um facto cultural na origem, onde a família não se formava apenas por via de descendência de uma união conjugal. Ela alargava-se muito mais por via da descendência do patriarca, e englobava inclusivamente membros do mesmo apelido ainda que de parentesco relativamente distante, ou seja de primos até ao quarto grau, e por vezes até de estranhos associados à linhagem por pactos de fraternidade ou de subordinação e por compra, por exemplo<sup>22</sup>. O conjunto da filiação paterna predominava.

E por isso, as regras que determinavam a transmissão dos antropónimos no seio de uma família ou por motivo da passagem de uma família a outra por casamento, adopção, entrega em *cage*, etc., estavam para além da relação matrimonial.

É conveniente assinalar que os factores que intervieram na composição e evolução dos grupos familiares chineses na Beira e em Lourenço Marques estiveram relacionados fundamentalmente com as tradições camponesas cujas origens se encontram num passado remoto no sul e sudeste da China e que estruturavam a família alargada segundo um sistema de parentesco patrilinear e patriarcal e segundo uma estrutura económica na qual o património constituía a base do grupo. Ora, esta estrutura patrimonial foi estando confrontada com a situação económica e política de cada fase da histórica colonial, o que implicava maior ou menor (in)segurança e por isso reforço ou aligeiramento do parentesco, mas também da própria divisão da comunidade em grupos sociais economicamente diferenciados. A coesão familiar especialmente em períodos de crise surgia como forma de combate utilizada quer pelas famílias mais poderosas para garantir e alargar os seus privilégios, quer pelas categorias sociais ameaçadas para organizarem a sua sobrevivência e a sua resistência em contexto colonial europeu ao

<sup>21</sup> Registámos casos de homens com uma mulher oficial chinesa e com uma ou duas concubinas chinesas.

<sup>22</sup> *Mai Tjoi* significa filho comprado [tradução literal: *comprado + filho*]. Tanto na comunidade da Beira como na de Lourenço Marques havia membros da comunidade que tinham sido «filhos comprados».

domínio das elites asiáticas. Convém dizer que o substrato patrilinear, patrilocal e poligínico das sociedades africanas da região da Beira e de Lourenço Marques facilitou a formação de grupos familiares de descendência sino-africana distintos da linhagem materna, o que não sucedeu no norte de Moçambique, matrilinear e uxorilocal. Mais ainda, no caso da Beira e sua região, aqueles que foram classificados etnicamente como Senas, Machangas, Chuabos, «Manhambanenses», que formavam de facto a população negra da Beira, eram todos fruto de mestiçagens anteriores à chegada dos chineses, como já mostrámos noutros textos (Medeiros, 1996; 1997).

O ponto crucial da história das famílias da comunidade chinesa beirense situou-se entre as duas Guerras Mundiais. As lutas travadas pela conquista dos primeiros frutos do crescimento económico no seio da comunidade provocaram um reforço muito acentuado das redes de parentesco e de várias subordinações clientelares. O fenómeno é particularmente caracterizado por um rápido progresso dos sistemas de indivisibilidade das heranças, pela multiplicação das irmandades e pelo aparecimento de uma autêntica consciência de linhagem onde estava patente a concertação entre parentes, mesmo afastados, em relação a qualquer acontecimento importante. O culto do antepassado clânico era o elemento religioso agregador do grupo familiar.

É com base nas genealogias das famílias de origem chinesa da Beira e de Lourenço Marques que vimos a estabelecer desde há quinze anos que pudemos desde já concluir que a população sino-africana era quase três vezes superior à população dita «amarela» das estatísticas coloniais. De 1928 a 1960, a evolução dos tipos somáticos na cidade da Beira, segundo as fontes coloniais, foi a seguinte:

<i>Tipos somáticos</i>	<i>Anos</i>			
	1928	1940	1950	1960
Amarelos	403	593	665	968
Branco	2153	3276	6574	13498
Indianos	1126	1346	2236	2736
Negros	a)	18206	31210	38712
Mistos	614	1321	1854	2321
<b>Total</b>	<b>4296</b>	<b>24742</b>	<b>42539</b>	<b>58235</b>

*Fonte:* Rui Rodrigues, «A cidade da Beira – ensaio de geografia urbana», in *Geographica*, revista da Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 14, Ano IV, Abril de 1968, p. 83.

a) Em 1928 não houve recenseamento da população negra.

Os números dos mestiços apresentados neste quadro não referem as diferentes origens somáticas que deram origem às miscigenações biológicas, nem são

números significativos pois que, muitos dos mestiços chineses, sobretudo as mulheres, eram registados como «indígenas», ou seja, na categoria dos negros. A todos estes últimos chamo afro-chineses, e veremos que a sua trajectória identitária vai desembocar na comunidade luso-moçambicana, e depois moçambicana<sup>23</sup>.

Vai-se constituindo assim, ao longo da história colonial da última centúria, uma população miscigenada de origem chinesa, cujas trajectórias da mestiçagem cultural e das estratégias identitárias foram extraordinariamente complexas.

Desde logo, alguns dos mestiços sino-asiáticos vão ser integrados, como já referi, na comunidade sino-asiática e considerados como membros a parte inteira, continuando outros, no entanto, a ser registados pela administração colonial e considerados pelas outras etnias como mestiços (afro-chineses) até ao censo de 1950.

Por causa desta «mistura» entre sino-asiáticos e sino-africanos, alguns dos «amarelos» já eram «acastanhados» e outros ficá-lo-ão durante o período de 1950 à Independência. Esta assimilação era naturalmente aceite por razões da cultura ancestral dos chineses, particularmente religiosas, que os levavam a assimilar filhos varões dessas relações com africanas ou mestiças<sup>24</sup>, filhos estes que chegaram a ser enviados para a China para serem educados segundo a tradição local, para conhecerem a família do pai e para receber a esposa que lhe tinha sido atribuída. A miscigenação biológica dos «amarelos» teve ponto alto nos anos 50 e 60 pela falta de parceiros nupciais chineses. Foi a época em que se registaram casamentos entre raparigas chinesas – impossibilitadas de casar na comunidade por causa da exogamia clânica – com rapazes mistos (afro-chineses, afro-europeus, afro-indianos), com europeus ou descendentes (lusos, luso-moçambicanos, gregos, italianos), e com asiáticos estranhos à comunidade (macaenses, japoneses, etc.); mas também de rapazes chineses com raparigas de origem europeia, africana e asiática.

De modo que, das duas categorias, sino-asiáticos e sino-africanos, há um grupo de homens desta última que foi transferido para a dos sino-asiáticos sem perder, contudo, em contexto africano, aspectos fundamentais da cultura local, desde logo a língua bantu da região. E os outros, afro-chineses, a maioria, na margem da comunidade chinesa, tiveram o percurso comum das classificações raciais portuguesas na colónia. Até 1928 fizeram parte da categoria dos não-civilizados, depois, dos mestiços «tout court», e só muito mais tarde, com o fim

---

<sup>23</sup> O caso mais conhecido deste grupo é o famoso fotógrafo Ricardo Rangel, cuja avó era mestiça filha de chinês-africana.

<sup>24</sup> Recordamos que era tradição na China do sudeste a compra de filhos.

do indigenato<sup>25</sup> e posteriormente com a Lei da cidadania, passaram todos a ser sino-luso-moçambicanos de nacionalidade portuguesa. No declínio do império, já a maioria dos sino-asiáticos era portuguesa em termos de nacionalidade e, em termos de identidade social e de identidade cultural, tanto uns como outros se inscreviam nas estratégias identitárias em curso na colónia.

## As mestiçagens culturais dos sino-asiáticos e dos sino-africanos

Todos os imigrantes, contratados ou não, que vieram da Ásia para Moçambique eram originários dos distritos de Shunde (em cantonês lê-se Sontak), Toishan (ou Toi San) e de Zhongshan (ou Zhong Shan), que é o mais próximo de Macau. Todos estes distritos pertencem à província de Guandong (Guan Dong, Kuang Tong ou Kwantung), cuja capital é Cantão<sup>26</sup>.

Em todas estas regiões o idioma principal é o cantonês (alguns dizem cantonense), que possui vários dialectos. De modo que a língua dominante das comunidades chinesas dos tempos modernos de Moçambique era o cantonês, e isto apesar de o ensino na Escola Chinesa de Lourenço Marques e da Beira ter sido o mandarim a partir dos anos 50. Também os aspectos fundamentais da cultura das comunidades eram cantonenses no que dizia respeito à religião, à culinária, à constituição familiar e, de extrema importância como elemento agregador, ao movimento associativo. Movimento este que teve dois grandes momentos específicos, e alguns sobressaltos na última fase do colonialismo. O primeiro grande período esteve relacionado com as questões políticas internas da China e, em particular, do sudeste, com a luta dos camponeses contra a corte imperial<sup>27</sup>; o segundo teve a ver com a organização do tráfico de pessoas e de influências, sendo que uma divisão do movimento se situou depois da tomada do poder em Pequim pelo Exército Vermelho e a subsequente formação do Estado Nacionalista na Formosa,

<sup>25</sup> Com a abolição do Estatuto do Indigenato em 1961 (Decreto 43.893, de 6 de Setembro de 1961, in *Boletim Oficial* 1961: 1097) deixa de ter sentido a realização dos censos da população não indígena nos anos 50, chamada civilizada desde o censo de 1950. Por isso, só em 1970 tem lugar um novo recenseamento geral, o último realizado pelas autoridades coloniais em Moçambique.

<sup>26</sup> Nas campas dos chineses sepultados no cemitério Rainha Santa Isabel, na Beira, e no de São Francisco Xavier, em Lourenço Marques, estão assinalados nomes de aldeias destes distritos de Kuang Tong.

<sup>27</sup> Em 1890 foi fundada em Hong Kong a Irmandade *Chung Wo Tong* para angariar fundos destinados aos republicanos que combatiam a dinastia manchu. Sun Yat-sen foi membro dirigente desta confraria, como também foi membro da Sociedade *Kwok On Wui* em Honolulu e Chicago, durante o seu exílio. À medida que localmente a imigração chinesa aumentava, também aumentava sobre ela a influência das confrarias para incrementar objectivos de solidariedade e políticos com vista a minar a dinastia manchu. Onde quer que houvesse uma comunidade chinesa havia também uma irmandade. Assim sucedeu na Beira e em Lourenço Marques, mas já depois do derrube dos manchus. Muitas das lojas secretas do Ultramar estavam sob a supervisão da Irmandade *Mung Mun* com sede em Cantão. A *Chee Kung Tong* mais não seria que um ramo daquela confraria. Ora, foi justamente a *Chee Kung Tong* que se instalou na Beira e em Lourenço Marques. Vide nota 56.

provocando uma clivagem no seio das duas comunidades moçambicanas entre os pró-Chiang Kai Chek e os continuadores do Kuomintang (Guomindang) de Sun Yat-sen.

Mas a inserção sempre crescente e rápida ao longo dos diferentes momentos históricos coloniais de Moçambique, e desde logo, a sua instalação numa perspectiva a médio e longo prazo, levou a comunidade à procura de novas oportunidades económicas, começando os artesãos contratados e reconhecidos a envolver familiares na horticultura e logo a seguir no comércio de «bebida e comida para o preto»<sup>28</sup> e comércio de holotúrias com a Ásia. Só mais tarde, durante a IIª Guerra, começaram a surgir comerciantes chineses na cidade de cimento.

Toda esta trajectória histórica leva-nos a reflectir sobre os sistemas culturais em presença e a respectiva visão do outro<sup>29</sup>, e também sobre as classificações coloniais dos grupos envolvidos, e sobre os percursos identitários dos sino-asiáticos e dos sino-africanos.

Nas duas principais cidades de Moçambique nunca houve propriamente uma Chinatown. Ao longo da história destas urbes e dos seus subúrbios, os sino-asiáticos e os sino-africanos foram ocupando espaços criados e impostos pela demarcação colona e dentro destes, a ocupação foi-se fazendo de acordo com as estratégias de actividades económicas dos sino-asiáticos e dos sino-africanos, sobretudo do comércio com o «indígena».

O factor ecológico do contacto cultural foi essencialmente o do meio suburbano com as culturas africanas no caso dos primeiros imigrantes chineses, e do meio urbano europeu para parte significativa das gerações nascidas na colónia.

Deste modo, e desde a sua origem, estiveram em presença vários sistemas culturais cujas diferenças significativas se foram alterando à medida que as duas urbes cresciam e se forjavam novas relações sociais e «culturas mestiçadas». Dizemos no plural culturas e não cultura mestiça, porque esta, de facto, nunca chegou a ter lugar na cidade da Beira por razões históricas bem precisas que se prendem com o grande fluxo migratório europeu nos últimos quinze anos da presença colonial, assim como do estacionamento na zona de milhares de soldados vindos da metrópole colonizadora.

Cabe aqui fazer um parêntese sobre a diferença sociocultural entre a Beira e Lourenço Marques, pelo menos até aos anos 50, e que teve uma importância considerável sobre a questão que nos ocupa aqui, o das mestiçagens chinesas.

---

<sup>28</sup> Sobre o «vinho para o preto» ler José Capela (1973) e Armando de Alpoim (1931). Sobre as bebidas africanas de fabrico caseiro usadas no comércio, vide Eduardo Medeiros (1988b).

<sup>29</sup> Esta questão da visão do outro tem merecido a atenção de Nicole Khouri (MALD/Paris I) e de Joana Pereira Leite (CESA/ISEG) para o caso dos indianos de Moçambique.

A cidade da Beira nasceu num pântano à beira-mar por imperativos de um porto oceânico, onde desembocariam os caminhos-de-ferro e estradas que serviam o *hinterland* da Federação das Rodésias e Nyasaland e até do Katanga. A cidade foi também a «capital» dos territórios de uma *Companhia Majestática* governada por grupos financeiros internacionais. Quer a influência britânica da Federação quer da administração da Companhia e seus funcionários deram um cunho particular às relações sociais no burgo até 1949, ano em que o caminho-de-ferro foi adquirido pelos portugueses. Sem espaço para tratar desta questão neste artigo, direi em síntese que até aos anos 40 a existência da comunidade chinesa da Beira inscreve-se num contexto diaspórico chinês para territórios britânicos no oceano Índico, ao contrário da comunidade laurentina, que vivia numa cidade capital da colónia, mais portuguesa se assim o podemos dizer<sup>30</sup>, embora o seu porto e caminho-de-ferro para o Transvaal também veiculassem, obviamente, enormes influências britânicas e sul-africanas. Na Beira, os sino-asiáticos estiveram até ao fim da IIª Guerra mais relacionados com os ingleses e isto no que respeita aos títulos de viagem e passaportes, aos documentos de residência e às relações com as terras de origem através de Singapura e de Hong Kong, territórios do Império Britânico. E também dos negócios com a Ásia.

Mas para além disto, a formação e desenvolvimento da Beira caracterizou-se nos primeiros decénios pela chegada ao burgo de imigrantes europeus e americanos das mais variadas proveniências<sup>31</sup> na miragem do eldorado de Manica, e também pela presença de uma multidão de trabalhadores negros de diferentes origens, que vivia em *compounds* na periferia do núcleo urbano que se ia formando e em bairros de caniço que foram nascendo, como já assinalámos.

Foi nas rotas dos *compounds* para o porto e para o caminho-de-ferro e nos bairros indígenas que os sino-asiáticos e os sino-africanos se instalaram para o

<sup>30</sup> Em 1913, foi publicado o Regulamento para a polícia e fiscalização da entrada de asiáticos e equiparados nos territórios da Província de Moçambique sob a directa administração do Estado. 29 de Outubro de 1913 (*Boletim Oficial*, 1913). Sobre a História Social da cidade de Lourenço Marques há bastante literatura; recordo aqui Alexandre Lobato (1970); Aurélio Rocha (2002); Domingos José Rebelo (1970); Jeanne Penvenne (1993, 1996); José Capela (1982, 1995); José Moreira (1997); e Valdemir Zamparoni (2000).

<sup>31</sup> Censo de 1897.

Grupos Humanos	Nº de pessoas	Grupos Humanos	Nº de pessoas
Portugueses	540	Suíços	14
Ingleses	216	Suecos	11
Alemães	46	Americanos	10
Franceses	43	Indo-Ingleses	165
Gregos	40	Indo-Portugueses	110
Espanhóis	20	Chineses	85
Holandeses	11	Árabes	5
Italianos	11	Africanos	2714
		<b>TOTAL</b>	<b>4041</b>

Fonte: Rui Rodrigues, «A cidade da Beira – ensaio de geografia urbana», *Geographica*, revista da Sociedade de Geografia de Lisboa, n.º 14, Ano IV, Abril de 1968, p. 81.

comércio de comida e de bebida com a população negra. Ao longo da história colonial da cidade, a localização dos *compounds* foi-se alterando e novos bairros foram nascendo. No primeiro quartel da história da Beira os *compounds* situavam-se na proximidade do porto e do caminho-de-ferro, e os bairros do Maquinino e do Chaimite eram por excelência os bairros dos asiáticos (chineses, indianos), dos colonos mais pobres e dos mestiços. Depois foram surgindo os bairros da Munhava, Chipangara, Esturro, Matacuane, Manga, Macúti, etc. A sociologia histórica destes bairros está por fazer. Noutros estudos nossos sobre os chineses e sino-africanos da Beira teceremos algumas considerações sobre os espaços urbanos que foram sendo ocupados, e a importância da territorialidade para as questões económicas, familiares, culturais e identitárias.

A comunidade chinesa no contexto laurentino, embora seguindo a pegada da sua congénere da Beira no que dizia respeito ao comércio com o indígena, especializou-se mais rapidamente e com maior proveito numa agro-horticultura<sup>32</sup> para fornecimento da cidade, dos barcos que passavam pelo porto e para a África do Sul, e também no comércio oriental.

As relações culturais inter-étnicas foram-se estabelecendo nestes diferentes quadros das relações sociais que percorreram a história das duas regiões desde a formação das comunidades até à Independência e mesmo para além dela.

Foram relações étnico-linguísticas, religiosas, educacionais, matrimoniais, desportivas, etc., que resultaram em renovadas estruturas / destruições culturais.

Os sino-africanos, isto é, os mestiços de pai chinês da primeira geração na Beira usavam geralmente as línguas faladas pelas mães africanas. Os dois idiomas bantu mais falados na época na zona da Beira eram o xiMachanga, ou seja o xi-Ndau de hoje, língua autóctone, e o xiSena, verdadeira língua franca dos trabalhadores de diversas proveniências, e língua do comércio «indígena». Nisto do falar línguas africanas seguiam os sino-africanos os próprios pais chineses que as aprenderam por causa do comércio, das relações de trabalho com os negros e das relações matrimoniais mistas. Mas estes pais falavam entre eles o cantonês e raro uso faziam da língua portuguesa e da língua inglesa. Foram os sino-africanos e os sino-asiáticos das gerações seguintes que, ao invés dos pais e dos avós, passaram a usar a língua portuguesa nas suas relações sociais. Isto deveu-se ao convívio com os outros jovens da sociedade colonial e à escolarização nas escolas para negros e mistos na Missão de S. Benedito da Manga, que fora criada em Agosto de 1947 e poucos anos mais tarde entregue aos Padres Brancos, e para meninas

<sup>32</sup> As hortas dos chineses no interior do espaço periurbano de Lourenço Marques dos primeiros tempos levantaram protestos dos colonos europeus por causa da higiene dessa produção e, principalmente, dos terrenos ocupados e que os brancos pretendiam. A este propósito vide Valdemir Zamparoni (2000: 197 e sgs.).

negras e mestiças, dirigida pelas Franciscanas Missionárias de Calé, na Paróquia do Alto da Manga.

Ora, a influência religiosa missionária entre os sino-africanos e entre os mestiços em geral antecede aquela que terá lugar nos anos 50 entre os sino-asiáticos. No primeiro caso, a maioria dos sino-africanos passou a ser católica, e só um grupo dos sino-asiáticos, embora assinalável, se tornou católico a partir dos anos 50<sup>33</sup>.

Foi a partir dos anos 30, mas mais notoriamente a partir dos anos 40 do século passado, que muitas das esposas que tinham ficado na China e novas esposas de casamentos entretanto realizados começaram a chegar a Moçambique. Os filhos que nasceram destes casamentos eram portanto sino-asiáticos nascidos em Moçambique, fora da China, na diáspora<sup>34</sup>. A cultura singular chinesa em Moçambique a partir das segundas e terceiras gerações perdeu a homogeneidade social, a consolidação étnica, e a delimitação intercultural relativa à língua, aos hábitos, costumes e relacionamentos, embora os mais velhos pretendessem moldar a totalidade da vida dos seus filhos na sua cultura ancestral através dos casamentos endogâmicos, da Escola Chinesa, do Clube Chinês, das celebrações festivas, etc.

Mostraremos noutra ocasião que, à data da Independência, a maioria dos membros da comunidade se tinha tornado sino-moçambicana e que apenas um grupo restrito, o dos comprometidos com a China Nacionalista através do Consulado de Formosa na África do Sul, permaneciam como chineses do Ultramar. Este processo identitário para uma moçambicanidade vai ter uma importância considerável no posicionamento face à Independência e depois na Diáspora, como mostraremos mais adiante.

Vários factores tiveram influência nas mestiçagens culturais dos sino-asiáticos nascidos na Beira. Em primeiro lugar, a escolarização em português e o convívio com outras crianças nas Escolas Primárias Eduardo Vilaça e António Enes, na Escola Comercial e Industrial Freire de Andrade, no Liceu Pêro de Anaia, no Colégio dos Maristas e no Colégio de N<sup>ª</sup> Senhora dos Anjos, das freiras, e noutros estabelecimentos de ensino privados. A própria Escola Chinesa passou a ter aulas de português a partir dos anos 50. Em seguida, a participação muito activa, tanto dos rapazes como das raparigas no movimento escutista<sup>35</sup> e nas actividades

<sup>33</sup> A filiação religiosa dos chineses de Moçambique era, em 1955, segundo as estatísticas coloniais, a seguinte: Católicos, 13,16%, Budistas, 3,7%, Protestantes, 1,39%, Muçulmanos, 0,05%, Religião tradicional chinesa ou indeterminada, 81,39% (Rebello, 1970: 136). O mesmo autor acrescenta que as novas gerações têm vindo a abandonar o Budismo ou o Confucionismo dos ancestrais, aderindo alguns deles ao Cristianismo. Geralmente, os mistos chineses professam a religião dos pais europeus ou de origem europeia.

<sup>34</sup> Dos 1945 chineses recenseados em Moçambique no ano de 1955, já tinham nascido em Moçambique 54,4%, em Macau 2,9%, 0,1% em Timor, 0,1% em São Tomé, e os restantes na China.

<sup>35</sup> O escutismo existiu na Beira entre os britânicos até aos anos trinta. Os chineses continuaram a prática do escutismo até final dos anos 50. Foi nessa altura que Jorge Jardim e separadamente a Diocese da Beira pretenderam relançar o movimento entre os colonos europeus e os jovens de outras etnias.



desportivas da sociedade colonial beirense, incluindo no desporto federado; e também a conversão de jovens sino-asiáticos ao catolicismo<sup>36</sup>; a inserção social em actividades profissionais diferentes das tradicionais no seio da comunidade (funcionários públicos, bancários, técnicos de desenho de projectos em *ateliers* de engenheiros e arquitectos, topógrafos, etc.)<sup>37</sup>; a integração no exército colonial português (como cidadãos portugueses) e, por último, os casamentos com europeus ou descendentes de europeus.

Veremos que a mestiçagem não foi propriamente uma mistura, mas sim uma ida e vinda de aspectos culturais em presença, e que particularismos importantes das culturas de origem permaneceram entre os sino-asiáticos, os sino-africanos e os afro-chineses.

### **Da história de famílias sino-moçambicanas: a família Ah Quin e a família Lee Pon**

---

Para ilustrar o que acaba de ser escrito sobre as mestiçagens biológicas e culturais, vejamos dois exemplos, de entre muitos por nós registados, de famílias sino-moçambicanas<sup>38</sup>.

#### **A Família Ah Quin**

Na lápide da campa, com fotografia, do cidadão Ah Quin no Cemitério Santa Isabel, na Beira, pode ler-se que nasceu a 2 de Setembro de 1880 no distrito de Toi San, província de Guangdong, no sul da China e que faleceu nesta cidade do Índico a 25 de Fevereiro de 1942. Também pode ver-se o símbolo maçónico do esquadro e o compasso gravado no mármore. Chin Hin Fune ou Chin Ping Hao seria o seu verdadeiro nome chinês. De qualquer modo era de apelido Chin. Ainda não se conhece a data exacta da chegada de Ah Quin à foz do rio Pungué. Os seus

<sup>36</sup> Em relação à questão religiosa da nacionalidade e da cidadania, Michel Cahen (1998) afirma que, para a população negra, o ponto de viragem situou-se precisamente com a formação da Comissão de Estudo dos Problemas de Ordem Social no Meio Indígena em 1959.

<sup>37</sup> Segundo dados estatísticos de 1955 relativos à região de Lourenço Marques, os sino-asiáticos estavam agrupados em diversas ocupações e actividades: 370 eram mulheres domésticas; 6 foram considerados *landlords*, 19 estavam desempregados, e os 650 activos estavam assim distribuídos: 47,5% trabalhavam no comércio; 20,1% na horticultura e na pesca; 14,1% em actividades industriais; 12,7% trabalhos públicos e construções; 2,9% funcionários públicos; 1,7% transportes e comunicações; 1% actividades mineiras e outras não especificadas. Quinze anos depois, segundo os dados demográficos de 1970, a população chinesa distribuía-se pelas seguintes ocupações: 306 agricultores, silvicultores, caçadores e pescadores; 17 na indústria extractiva; 92 na indústria transformadora; 9 nos serviços de electricidade, gás e água; 41 na construção civil; 600 no comércio por grosso e a retalho, nos restaurantes e hotéis; 43 nos transportes, armazenagem e comunicações; 226 nos serviços à colectividade, serviços sociais e serviços pessoais; 56 em actividades mal definidas; 41 em profissões liberais; 13 quadros superiores na administração pública; 179 empregados de escritório; 516 comerciantes e vendedores; 100 trabalhadores especiais nos serviços.

<sup>38</sup> Transcrevemos aqui de maneira resumida o essencial biográfico sem datas nem nomes de todos os familiares. Estas biografias e histórias de vida serão publicadas num álbum próprio, ilustrado, depois das devidas autorizações dos herdeiros.

descendentes dizem que terá chegado à Beira por volta de 1911, depois de ter saído da sua aldeia para Hong Kong e daqui para Rangoon, onde se terá feito carpinteiro e onde aprendeu rudimentos de inglês<sup>39</sup>. Foi desta cidade que emigrou para África integrado num pequeno contingente de mão-de-obra para o porto e caminho-de-ferro da *Companhia de Moçambique*. Participou nos acabamentos do cais do Chiveve e de outras construções portuárias. Mas depois destas obras terminadas ficou desempregado. Foi então que colocou uma placa à entrada da sua residência no Maquinino com o anúncio *Reparam-se telhados e janelas*. A maioria das habitações da Beira daquele tempo eram de madeira e zinco. E a maioria da população era de língua inglesa. Os seus rudimentos deste idioma e a sua arte fez com que fosse solicitado para as reparações e construção das casas. Terá sido o britânico Collin Mc George que lhe fez as primeiras e importantes encomendas. O *Anuário de Moçambique* de 1922 diz que era carpinteiro de profissão e construtor de barcos<sup>40</sup>. Depois passou a ser encarregado de obras e empreiteiro. Sabe-se que, já com empregados chineses e africanos, esteve na construção de barracões no Caminho-de-ferro, da antiga *Casa Emporium*, da *Casa Cunha*, etc. Com os amigos e confrades da primeira vaga, carpinteiros como ele, fundou e participou na associação *Lui Pai Hong*,<sup>41</sup> associação esta que construiu casas de madeira e zinco para os seus membros e para outras pessoas da comunidade na zona do Chaimite, em solos de matope, no local da margem esquerda do Chiveve onde mais tarde seria construído o *Clube Chinês*. Para si e sua família, construiu alguns anos mais tarde uma casa de madeira e zinco, com sobrado e oficina de carpintaria e bar no rés-do-chão, numa pequena rua do Maquinino, a rua São Tomé, que dava para a entrada do *Beira Amateur*, clube de desportos dos ingleses e mais tarde campo de futebol do *Clube Desportivo da Beira*. No primeiro andar havia quartos para alugar a famílias chinesas e era também a residência de familiares. Os carpinteiros Fung Yen Fong e Chin Chung Chui terão morado neste prédio e pertencido à referida associação.

Ah Quin tornou-se membro, ou já o era antes de emigrar – não sabemos –, da confraria maçónica do Chee Kung Tong. Nesta qualidade, foi fundador do Clube Chinês, inaugurado em 1922. Por causa da sua ascensão económica e social, e pelo seu papel de dirigente, passou a ser conhecido na comunidade por Tchang O Governador. Nessa altura já tinha um automóvel de marca *Chevrolet*. Ao tempo

<sup>39</sup> Entrevista com a Sra. Fock Suk Fong e o Sr. Poo Qun, em Queluz de Baixo a 1 de Novembro de 2003.

<sup>40</sup> *Anuário de Moçambique*, Ano de 1922, p. 504.

<sup>41</sup> Associação dos mestres carpinteiros.

só dois chineses tinham automóvel<sup>42</sup>; o outro era Chin Ming Yet<sup>43</sup>, mais conhecido por Ah Shu.

Ah Quin deu origem a três ramos familiares na Beira. Como tinha o apelido Chin, os seus filhos eram Chin, qualquer que fosse o apelido das respectivas mães que não podiam ser Chin.

Um ramo nasceu duma mulher africana a quem foi dado o nome chinês de Chin Wan. Desta mulher teve o filho Poo Ki e descendentes. A grafia mais conhecida do nome deste homem é Po Kee, mas também encontramos grafado Fó Ki. Era pois um mestiço. Mas foi integrado na comunidade pelo pai e mandado estudar para a China. Todavia regressou pouco depois a Moçambique por causa da morte de Ah Quin, e por causa da guerra. Nos últimos anos que viveu na Beira trabalhou no Clube Chinês. Em 1975 foi repatriado para Portugal com a companhia da altura e dois filhos e, com outros sino-moçambicanos; ele e mais alguns foram alojados nas termas de Monfortinho, na zona de Castelo Branco, onde permaneceu dois anos. Depois foi transferido para a Figueira da Foz<sup>44</sup>. Viveu os últimos anos no Lar Nossa Senhora da Encarnação, em Buarcos, onde o visitámos algumas vezes. Faleceu em 2002, em Braga, durante uma visita ao filho. Deixou descendência.

Outro ramo nasceu de Yee Yue Chin, nascida a 22 de Junho de 1893 e falecida a 14 de Outubro de 1976. O casal teve como descendentes Quin Pó Hong e Quin Poo Qun. Como o pai era conhecido por Ah Quin, os filhos passaram a ser também chamados Quin Pó Hong e Quin Poo Qun, embora todos soubessem na comunidade que eram de apelido Chin, filhos de uma mãe de apelido Yee.

Quin Pó Hong surge na documentação colonial de 1947 como comerciante e com uma oficina de carpintaria na Munhava. Por vezes é mencionado como construtor civil. Foi em 1947 sócio fundador do *Tung Hua Athletic Club* [THAC], isto é, o Atlético Chinês, da sociedade colonial beirense. Teve vários filhos, que passaram pela escola portuguesa (o mais velho ficou aprovado no exame de ensino primário complementar com 16 valores em Julho de 1952), e também pelo desporto beirense. Todos eles estão dispersos pelas várias diásporas.

Quin Poo Qun nasceu em 1928. Foi mandado estudar para Xangai antes da Segunda Guerra, mas, por causa da guerra que lavrava já no sul da China, ficou em Hong Kong. Foi desta cidade que regressou a Moçambique quando o pai fa-

<sup>42</sup> Foi em 1917 que chegou o primeiro automóvel a Manica e Sofala, e na Beira havia dois em 1922. Em 1928 foi criado o *Automóvel Clube da Beira*.

<sup>43</sup> Chin Ming Yet, carpinteiro. Acabou por se tornar construtor civil por conta própria, com residência na zona do Chaimite.

<sup>44</sup> Entrevista com Julião Noia de Mendonça, em Coimbra, 10 de Junho de 2004. Noia de Mendonça veio de Moçambique com Poo Ki e esteve com ele em Monfortinho.

leceu, em 1942. Foi também sócio fundador do *Tung Hua Athletic Club*, e dirigente associativo da comunidade chinesa da Beira. Grande desportista, foi jogador júnior de basquetebol com a camisola do THAC no final dos anos 40 e do Atlético em 1951 e 1952. Foi jogador e árbitro de voleibol em 1952 pelo Atlético. Por essa altura foi guarda-redes de futebol do Desportivo da Beira. Caçador desportivo. Ficou com o prédio e negócios do pai no Maquinino após ter compensado os irmãos. Casou em 1950 com a filha de Fock Sam<sup>45</sup>, a senhora Fock Suk Fong, que também nasceu na Beira, mas os pais eram de Shun Tak, na província de Cantão. O casal teve quatro filhos: dois rapazes e duas raparigas. O filho mais velho estudou na Swazilândia, depois foi para Londres e hoje vive nos Estados Unidos. O segundo, uma rapariga, casou com Chan Mao Lung, cujo pai e tios tinham uma machamba na Manga Loforte, perto do aeroporto e vendiam os seus legumes e frutos no mercado da cidade. Foram directamente para o Brasil depois da Independência de Moçambique, e aí vivem com os dois filhos sino-brasileiros. O terceiro viveu na Beira até 1971, onde estudou e jogou basquete no Atlético, depois foi para Inglaterra, onde já estava o irmão. Presentemente está a trabalhar em Macau. É engenheiro. A mais nova veio para Portugal e daqui foi para Macau, e é casada com um rapaz da família *Mataquenha*, a família de Fone Quin. Esta orientação dos filhos rapazes para o mundo anglo-saxónico deve-se de algum modo ao facto de o pai ter estudado em Hong Kong.

Como referimos mais acima, os pais da senhora Fock Suk eram de Shun Tak, também na província de Cantão. Mas casaram em Moçambique e os filhos nasceram na Beira: três raparigas e dois rapazes. O mais velho vive em Lisboa; uma filha faleceu em Macau; outro filho vive em Leiria; um filho casou com uma rapariga da comunidade de Lourenço Marques, e a mais nova vive com o marido chinês em Albergaria-a-Velha. Todos estes são portanto cunhados do senhor Poo Qun e tios e tias maternos dos seus filhos. Referimos estes parentes para mostrar a complexa teia de relações familiares e de redes diaspóricas que se foram estabelecendo.

Um outro ramo saído de Ah Quin é formado por Pó Wing, Lai Sin e Poo Men. Pó Wing, aliás António Quin Dibau, nome identitário português, chegou a morar com o meio-irmão Poo Qun, no Maquinino. Mas foi para a tropa em Boane e ficou por Lourenço Marques. Foi jogador de futebol, guarda-redes júnior do Sporting Clube da Beira. Lai Sin casou com Lee Man Kin (do Bairro do Caminho de Ferro) e faleceu há pouco tempo. Poo Men, por vezes grafado Pou Meu ou Poo Meua, mas mais conhecido por Amena (Ah Mena), foi jogador de hóquei patins

<sup>45</sup> Fock Sam, casado, comerciante, membro fundador da *Associação de Beneficência Chinesa da Beira*, 1946. Do Kuomintang.

no Sport Lisboa e Beira. Chegou a trabalhar na East Africa Shiping. Casado com uma Fook. Vivem nos EUA.

### A Família Lee Pon

O cidadão Lee Pon nasceu na província de Guangdong e viajou para a Beira no início do segundo quartel do século xx, mas numa data ainda não conhecida. Já era casado e com filhos. Logo a seguir à sua chegada à Beira foi para Mambone, onde tinha conhecidos. Nesta localidade costeira da embocadura do rio Save passou a dedicar-se à pesca e ao pequeno comércio. Como muitos dos seus compatriotas da primeira vaga, juntou-se a uma mulher africana de quem teve pelo menos uma filha que reconheceu mais tarde. Após a IIª Guerra Mundial foi à China para ver a família. Mas a esposa já tinha falecido. Adquiriu então uma nova esposa (por contrato nupcial)<sup>46</sup> e regressou rapidamente a Moçambique por causa da ofensiva comunista. Só alguns anos mais tarde a nova esposa e os filhos do primeiro casamento viajaram para Moçambique. Não teve filhos deste segundo casamento. Nesta altura Lee Pon instalou-se na Manga, um importante bairro a poucos quilómetros do centro da Beira e que passou a desenvolver-se rapidamente nos anos 50. Nesta nova residência, próximo da passagem de nível, abriu um comércio numa casa de alvenaria que alugou e que tinha a data de construção de 1920. Aí cresceram os dois filhos do primeiro casamento chinês: um rapaz e uma rapariga. Por apostolado do *Padre* Ferreira da Silva e das Irmãs Franciscanas, os dois jovens converteram-se ao catolicismo, e passaram a fazer parte da Juventude Católica Chinesa (JCC), dirigida por Luís Chin e orientada por Lucas Wong<sup>47</sup> e pelo *Padre* Serafim Amaral<sup>48</sup>, depois pelo *Padre* Manuel Barbosa<sup>49</sup>. O rapaz acabou por casar com uma rapariga chinesa nascida na Beira, proveniente do clã dos Chin por parte do pai, e dos Gee, por parte da mãe, que vive hoje no Canadá com um filho (ele era Lee). Os pais desta rapariga tiveram onze filhos e viviam em

<sup>46</sup> Tipo de casamento por compra. Os emigrantes que regressavam às suas aldeias de origem levavam algum dinheiro e prestígio (e só assim regressavam), o que lhes permitia novas relações sociais.

<sup>47</sup> Lucas Wong terá chegado à Beira no final de 1951 ou em Janeiro de 1952, pois que no dia 23 deste mês foi recebido pelo Bispo na qualidade de professor e catequista da Escola Chinesa. O percurso da sua vida na colónia será no entanto diferente, acabando como comerciante e «machambeiro» em Lourenço Marques, onde faleceu. Luís Chin (aliás, Chin Heng Tong), é filho de Chin Leon Hó, vendedor de lenha, no Bairro do Esturro. Converteu-se cedo ao catolicismo e foi presidente e animador da Juventude Católica Chinesa da Beira.

<sup>48</sup> O *Padre* Serafim Bruno Amaral era natural dos Açores e foi ordenado em Goa, vindo a falecer em Oliveira de Azeméis, Portugal, depois do 25 de Abril. Era um sacerdote católico secular que, para além de Macau, tinha estado com alguma frequência na província de Cantão. Foi nos últimos anos de 40, talvez em 1947 ou já em 1948 que chegou à Beira, vindo do Território Português do Oriente. Sabemos pelo *Diário* de D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira, que a 25 de Novembro de 1949 falou a este prelado da sua desincardinação de Macau.

<sup>49</sup> O *Padre* Manuel Barbosa era diocesano e secretário do Bispo da Beira para a *Acção Católica*, tendo sido seu presidente. Já no fim da vida de D. Sebastião foi Vigário-Geral da Diocese, e a 28 de Junho de 1967 foi eleito Vigário-Capitular para governar a Diocese por morte de D. Sebastião. Viria a falecer em Portugal, na cidade de Vila do Conde. Foi no âmbito da *Acção Católica* que organizou na Pró-Catedral da Beira o baptismo de um grupo de mais de 20 jovens chineses em Janeiro de 1955, cerimónia litúrgica celebrada pelo próprio Bispo.

Inhamízia, depois da passagem de nível da Manga, onde tinham um comércio. Ela também era católica e frequentara o Colégio Pio X, na paróquia governada pelos Combonianos no Alto da Manga. Casaram na Catedral da Beira, tendo o casamento sido celebrado pelo *Padre* Barbosa. Instalaram-se no Macúti, moderno bairro citadino dos anos 60, onde abriram um negócio. O casal teve três filhos, dois rapazes e uma rapariga, todos baptizados. Um dos rapazes teve como padrinho de baptismo Jaime Reis Simões Cordeiro, ex-presidente da Câmara da Beira. Depois da Independência vieram todos para Portugal. Mas o rapaz mais novo foi para Curitiba, no Brasil, regressando anos depois a Portugal. O mais velho trabalhou em Portugal. A irmã casou com um português europeu e têm um filho varão.

Como referimos no início da descrição desta família, da mulher africana de Mambone, Lee Pon teve uma filha, que casou a seu tempo com um cidadão italiano de origem francesa. Este homem chegou a ter uma serração, mas depois tornou-se mecânico. O casal teve seis filhos. Três rapazes e três raparigas. Cinco nasceram em Mambone, mas cresceram na Beira. A mais nova já nasceu na Beira. Todos terão sido baptizados. Mas uma delas converteu-se mais tarde à religião do marido, que era muçulmano. Nenhum deles casou com chinês ou com uma chinesa, embora tivessem amigos e contactos com a comunidade sino-asiática, e desde logo com os irmãos chineses. A mais nova casou com um luso-africano de Tete. Outra das irmãs casou com um Ferraz de Oliveira, um luso-descendente da Zambézia. Todos vivem em Moçambique e são moçambicanos.

Lee Pon tinha na Beira um irmão que também ele casou com uma senhora vinda da China e de quem teve filhos, dos quais Lee Ping, que trabalhava num Banco. Mas de uma mulher africana de Mambone, esse homem teve pelo menos um filho, que casou em Mambone, mas que foi viver para a Beira. O Lee Ping foi jogador do Sporting Clube da Beira, e vive hoje em Portugal com a família. O irmão de Lee Pong foi para o Brasil depois da Independência com parte da sua família, e ali faleceu.

## **Os processos identitários dos sino-moçambicanos: apontamentos exploratórios**

---

O estudo da problemática das mestiçagens nas comunidades sino-asiáticas e sino-africanas da Beira e de Lourenço Marques implica, obviamente, a questão dos processos identitários. Avançarei neste texto alguns elementos exploratórios.

Segundo Cucho (2003: 136), a identidade cultural remete logicamente num primeiro tempo para a questão mais ampla da identidade social, sendo aquela

uma das componentes desta última. Por sua vez a identidade social de um indivíduo caracteriza-se pelo conjunto das suas pertenças no sistema social: pertença a uma classe social, etária, sexual, a uma comunidade cultural, etc. Ora, os sino-asiáticos, os sino-africanos, os sino-europeus, os sino-euro-africanos e demais mestiços com uma antiga filiação chinesa foram-se situando ao longo do período colonial aqui considerado de acordo com as suas pertenças iniciais e com as permanentes movimentações de reposicionamento.

Assim, a questão das identidades colectivas nas comunidades chinesas de Moçambique pode ser equacionada do seguinte modo:

1. Que identidade(s) tinham os sino-asiáticos no início da formação da comunidade?
2. Que transformações ocorreram nessas identidades ao longo da época colonial em Moçambique?
3. Que identidades se começaram a reconstruir ou a fortalecer com o fim da colónia em 1974/1975?
4. Que identidades se sedimentaram entretanto ou se redefiniram na diáspora sino-moçambicana?

As identidades anteriores à descolonização foram caracterizadas por processos de territorialidade característicos de sociedades pré-modernas da África, da Ásia e da Europa, e pelas novas territorialidades das sociedades em contacto colonial com sectores pré-modernos e modernos.

O sentimento identitário e de pertença dos primeiros chineses radicados em Moçambique estava relacionado com a sua origem na província de Kuang-Tong (Cantão), no sul e sudeste da China, e mais particularmente com a sua origem numa mesma aldeia ou conjunto de aldeias vizinhas, assim como com a pertença a um mesmo grupo familiar e clânico e a uma mesma irmandade. Só raríssimos imigrantes em Moçambique se encontravam já envolvidos no projecto republicano chinês em progresso desde o último quartel do século XIX.

A família linhageira, o clã local, os vizinhos e os companheiros da irmandade constituíam os principais grupos de referência; os hábitos alimentares, o jogo, os locais de encontro, serviam para reproduzir esse sentimento de pertença aldeã na diáspora em Moçambique. A afirmação dessa identidade fazia-se não apenas a nível das fachadas visuais como também a nível dos consumos e dos usos do tempo, através de mecanismos de distinção e diferenciação social que impunham uma hierarquia nas preferências dos consumos sociais e das relações com o outro, negros e colonos.

Ao contrário do que se possa pensar, tanto na comunidade chinesa da Beira como na de Lourenço Marques as clivagens sociais eram enormes, mas não parece

terem sido visíveis para os colonos<sup>50</sup>. Nem mesmo a equipa do antropólogo Jorge Dias, no seu relatório confidencial para o governo português sobre os chineses de Moçambique, se apercebeu disso (Dias e Guerreiro, 1958)<sup>51</sup>. Para que se tenha ideia dessas clivagens anotemos que na(s) própria(s) levas de contratados chegavam indivíduos em fuga das perseguições políticas que avassalaram o sul e o sudeste da China durante o último quartel do século XIX e toda a primeira metade do século XX. Era gente da militância republicana, das confrarias políticas. Mas chegaram também escravos, mandados pelos ou fugidos dos seus senhores, controlados na diáspora pelas tríades, e também, no seguimento dos contratados, emigrantes livres que se diferenciavam daqueles por serem já comerciantes ou artesãos especializados. Neste contexto migratório, os chefes clânicos locais e das tríades procuraram manter o *status quo* dessas clivagens que só os sucessivos contextos coloniais permitiram modificar.

Foram pois esses contextos que possibilitaram a construção de novas redes e proximidades identitárias partilhadas com pessoas da família alargada, com pessoas da comunidade de residência nos bairros onde conviviam, com pessoas das escolas portuguesas, dos clubes desportivos onde jogavam, com os crentes da mesma Igreja, com pessoas do trabalho, com companheiros de armas<sup>52</sup>, e com novas relações parentais resultantes de matrimónios inter-étnicos<sup>53</sup>.

A análise do modo como os sino-moçambicanos foram construindo a sua imagem identitária individual e colectiva deve ser entendida à luz da articulação das representações que deles tinham os outros (brancos, indianos, mestiços e negros), da gestão da identidade nacional portuguesa nos trópicos pelo poder político, e da inserção sino-moçambicana na economia colonial.

Sendo que a identidade e a alteridade são construções sociais relacionadas com as questões do poder e do controlo social, a gestão da imagem nacional portuguesa e das suas alterações na ideologia colonial também participaram na construção da identidade dos sino-moçambicanos.

Os grupos em presença eram dotados pela ideologia colonial dominante duma identidade que correspondia à sua definição social. No que diz respeito aos sino-asiáticos e aos sino-africanos era uma identidade social ao mesmo

<sup>50</sup> Quando falamos dos chineses de Moçambique a ex-residentes brancos aparece-lhes no rosto o espanto! Sim, sabem que os havia por lá, que até conheciam alguns, mas pouco mais...

<sup>51</sup> Sobre os chineses, Arquivo Nacional /Torre do Tombo, Arquivo de Salazar: aos/co/ul – 32 // naos/co/ul – 37 (p. 8 e sgs.).

<sup>52</sup> Mais de três dezenas de homens sino-asiáticos e quase todos os sino-africanos válidos foram envolvidos como militares na Guerra Colonial, facto que foi injustamente desconsiderado nalguns casos em Portugal depois da descolonização e que obrigou a um (novo) pedido de naturalização.

<sup>53</sup> Cada um destes temas é objecto de um capítulo autónomo do meu livro sobre os Chineses da Beira: Espaços Urbanos, Desporto, Catolicismo, etc.



tempo de inclusão e de exclusão pois que distinguia cada grupo de acordo com a percepção da raça, e de uma categorização cultural cuja conceptualização era exclusivamente ditada pela visão do outro de acordo com os próprios parâmetros e preconceitos culturais.

A identidade cultural assim construída e concebida pelo outro remetia para um grupo original de pertença geralmente desconhecido, que seria o fundamento da identidade de cada um e de maneira imitável.

Nos anos 60 e primeiros da década seguinte, o que restava das velhas gerações vindas da China mantinha uma identidade cultural própria mas já diferente da origem, que a língua cantonense, praticamente o único idioma falado por eles, e alguns costumes ancestrais sustentavam. Mas mesmo estes dilaceravam-se entre o ser cantonês ou chinês, entre o ser asiático ou africano. Os mestiços chineses da primeira e gerações seguintes e os sino-asiáticos nascidos em Moçambique, que entretanto frequentaram o ensino em português, participavam em actividades sociais, como por exemplo nos concursos de beleza *Miss Beira*, *Miss Moçambique*, *Miss Jovem Moçambique*, *Miss Portugal*, nos quais algumas sino-moçambicanas se distinguiram<sup>54</sup>, nas práticas desportivas, tendo-se muitos convertido ao cristianismo, passando todos a considerar-se numa identidade moçambicana em formação, com ocupações e actividades muito mais diferenciadas das que tinham tido os seus pais e avós.

As diferenciações que se desenharam em função de clivagens socioeconómicas, geracionais, de género e de estilos de vida, tornaram-se mais pregnantas e com uma maior capacidade explicativa do que aquelas que remetiam para a etnicidade.

A ascensão social de uma pequena elite chinesa no contexto colonial beirense manifestou-se pela representação dos papéis e lugares na sociedade, dos jogos de capitalização e de valorização no seio das relações sociais. Desde logo dentro da própria comunidade. Mas também no seio do grupo colonial (dos brancos, indianos e mestiços). A base desta ascensão está na acumulação da riqueza material, mas ela manifestou-se em seguida na diversificação das actividades económicas dos filhos, na escolarização dupla, no desporto, nas novas actividades e profissões. A maioria dos filhos sino-asiáticos e sino-chineses escolarizados passou a trabalhar na função pública, nos escritórios de profissionais liberais: arquitectos, engenheiros, médicos, etc., como já referimos.

Com a Revolução de 25 de Abril de 1974 e a Independência moçambicana em 1975, este processo foi interrompido pelo desmoronamento da sociedade e

---

<sup>54</sup> Chin Kom Kei, filha mais velha de Chin Ping Song (ou Chin Ping Som) e de Law Kom Fung, premiada no Concurso *Miss Moçambique* em 1971, Virginia Shee Shan, *Miss Simpatia* em 1972, etc.

economia coloniais dando origem às diferentes diásporas que, do ponto de vista identitário, conduziram esquematicamente ao seguinte:

a) Os que vieram para Portugal mantiveram-se ou tornaram-se sino-moçambicano-portugueses.

b) Os que foram para o Brasil, sobretudo para o eixo São Paulo – Curitiba, formaram ali uma nova comunidade, mas mantiveram as suas identidades originárias sino-moçambicanas, agora com contributos brasileiros, sendo os seus descendentes locais sino-luso-brasileiros.

c) Os que foram para o Canadá e para os EUA mantiveram-se sino-lusos (moçambicanos) e mantêm as suas ligações à restante diáspora moçambicana e lusitana, embora alguns dos filhos nascidos nesta diáspora tenham já ligações com a comunidade sino-canadiana e sino-americana.

d) Os que foram desde o início, ou posteriormente para Macau procurando as suas origens chinesas, numa tentativa de redescoberta da China, foram desconsiderados pelos chineses de Macau e das próprias aldeias de origem, pelo que se voltaram para Portugal, com saudades de Moçambique. Todavia alguns passaram a sentir-se macaenses; vide o testemunho de Ken Len:

*«Chinas, vão-se embora! Voltem para Macau! Quando ouvia isto, por altura da Independência de Moçambique, a jovem Ken Len teria uma noção tão vaga do que era Macau como os negros que bradavam estes insultos junto das casas de comércio ou residências da comunidade chinesa da cidade da Beira. De facto, e apesar de os seus pais terem ambos nascido na China, em Toi San, as referências que Ken possuía da pátria dos seus antepassados eram praticamente nulas. Macau, claro, fizera parte dos conhecimentos obrigatórios de Geografia e História de qualquer criança ou jovem, num dos ainda muitos cantos do luso império, numa época em que os feitos dos nossos egrégios avós eram propagandeados com disfarçado orgulho pelo Estado Novo.*

*Mas, mesmo assim, a noção era vaga e a possibilidade de um dia conhecer essa cidade portuguesa do Oriente não fazia parte dos sonhos de Ken. Hoje (1993), empregada num escritório de advogados em Macau, recorda a vida dos chineses da Beira e diz que, excluídos esses insultos na época mais quente da Independência, eram geralmente muito bem tratados. A maior parte da comunidade chinesa, que ascendia a alguns milhares de pessoas, vivia do comércio e habitava frequentemente a parte traseira das lojas. A sua família, que tinha uma mercearia, não era excepção.*

*Ken Len andou na Escola Chinesa. Mas, embora de manhã aprendesse labirínticos caracteres, da parte da tarde o ensino era veiculado através do incomparavelmente mais reduzido alfabeto de 23 letrinhas que compõem a língua portuguesa.*

*Em casa todos falavam cantonês. Os conhecimentos de português de seus pais limitavam-se ao mínimo indispensável para poder exercer a sua actividade comercial, garantindo alguns lucros. Curiosamente, Ken lembra-se que muitos chineses que não sabiam português eram fluentes nos idiomas africanos das zonas onde residiam.*

*A calma, a segurança e a despreocupação definiam o estilo de vida que tiveram até à Independência. Racismo diz que nunca sentiu na Beira, ao contrário da Rodésia e, sobretudo, da África do Sul, aonde se deslocou algumas vezes integrando a selecção chinesa de basquetebol.*

*Ao contrário de quase toda a gente, quando a situação ficou demasiado instável e insegura na Beira, não foi para Portugal, mas sim para Macau. Ken chegou com a irmã a Hong Kong em Fevereiro de 1976, e viveu em Macau em casa de uma senhora chinesa, amiga de Moçambique, até à chegada dos pais, já em 1977.*

*Ao princípio não gostou de Macau mas, à medida que ia conhecendo melhor a cidade, sentia-se cativada por este mundo tão chinês e só um bocadinho português. Macau é a minha terra. Hoje, sinto-me metade macaense, metade moçambicana. Se um dia tiver que deixar o Território, sinto que volto a perder a minha terra. Ken reconhece que Macau substitui bastante Moçambique e, embora goste de Portugal onde passa férias todos os anos, garante que só deixa o Território se não houver mesmo condições para cá ficar depois da transferência da Administração» (Machado, 1993: 61-63).*

e) Alguns membros de todas estas categorias têm vindo a regressar a Moçambique para se reinstalar naquela sociedade retomando ou não os seus antigos haveres.

f) Na sua maioria, os sino-africanos da segunda e gerações seguintes permaneceram em Moçambique e consideram-se moçambicanos; poucos sino-asiáticos permaneceram no país depois da Independência.

Nas diásporas, em contextos pós-coloniais e pós-modernos,

*«as fontes e os veículos de identidade colectiva diversificaram-se, segmentaram-se e complexificaram-se. Os processos de construção das identidades pela oralidade nas sociedades pré-modernas e pelo conhecimento escrito nas modernas foram abalados pelas novas frentes intangíveis das identidades pós-modernas, alicerçadas em fluxos vorazes de comunicação, de informação e de imagens. Os territórios deixaram de representar contextos de acção para se transformarem em hiper-realidades. As temporalidades de longa sedimentação das velhas identidades foram substituídas pela instantaneidade e pela voracidade» (Ferrão, 2000: 69).*

No caso das diásporas sino-moçambicanas (Portugal, Brasil, EUA, Canadá, Macau/Hong Kong),

*«a construção de novas identidades colectivas mobilizaram tanto as velhas sociabilidades primárias de proximidade como as redes desterritorializadas mas estruturadas de contactos à distância, tirando partido das possibilidades oferecidas pelas novas tecnologias de comunicação (...), pelas memórias reconstruídas de velhas identidades locais»* (Ferrão, 2000: 70).

### **Algumas conclusões sobre as lógicas mestiças e sobre os percursos identitários dos sino-moçambicanos**

À guisa de notas conclusivas, podemos dizer que ao longo da história colonial da cidade da Beira e regiões envolventes (1887 / 1975)<sup>55</sup> as diferenciações culturais das comunidades em presença caracterizaram-se por um «separatismo cultural» que a exploração colonial capitalista impunha e exacerbava, mas também e independentemente da ideologia colonial europeia dominante, por misturas e permeabilidades que se foram construindo em redes de articulação que conduziram a fenómenos de hibridação e a processos de transculturalização sem que tenha havido, porém, o desaparecimento das culturas singulares nos seus próprios processos de desenvolvimento.

Esta hetero-identidade no contexto colonial traduzia-se no entanto pela estigmatização dos grupos minoritários dentro da categoria dos chamados civilizados, não-indígenas, e de todos estes aos chamados indígenas, a população negra (e muitas vezes mulata), numa clara divisão entre o *Mulungu* e o *Mulandi*.

Por conseguinte, os processos culturais de contacto e os processos identitários que se foram forjando e recriando devem ser entendidas como práticas, processos, traduções e negociações entre os grupos em presença (Melo, 2002: 52).

Os chineses vindos da província de Cantão só estiveram em condições de afirmar a sua condição identitária chinesa face aos colonos brancos e a todos os outros quando conseguiram fazer aprovar pelo colonizador, em 1923, a sua

<sup>55</sup> Retivemos para a história da Beira quatro momentos históricos bem característicos: a) 1887 a 1892, ou seja, da instalação do Comando Militar até à transferência do governo do distrito de Chiloane para a Beira; b) 1892 a 1942, que foi o período de governação da Companhia de Moçambique; c) 1942 a 1958/1960, período de nacionalização pelo Estado Português do Porto, Caminhos-de-ferro e outros Serviços, e d) de 1958/1960 a 1974/75, época de grande desenvolvimento urbanístico sob o impulso dos Planos de Fomento, imigração colona e da própria Guerra pela Independência. A urbe nasceu propriamente com a transferência em 1892 da sede do Distrito de Sofala para a Beira e das forças do Comando para a Ilha de Chiloane. Este ano foi também marcado pela transferência da Sede da Comissão Urbana de Chiloane para a foz do rio Aruângwa, rio que foi chamado posteriormente Pungwé, e assinalado também pelo começo da governação da *Companhia de Moçambique*. É de assinalar que já haveria alguns chineses em Chiloane.

Associação comunitária que passou a ser conhecida na Beira por *Clube Chinês*<sup>56</sup>. Por essa altura, já a visão dos brancos relativa aos chineses começara a alterar-se. De «*sujos e miseráveis, com trança longa com vestimentas orientais, concorrentes malvados dos operários europeus*», no início do século xx, passaram a ser «*sóbrios, extremamente trabalhadores, dedicando-se, a maioria, à profissão de carpinteiro ou a outras que se ligam à construção civil, de modo que a mão-de-obra europeia não pode competir com o custo da mão-de-obra chinesa*» (Costa, 1940: 94).

Anos mais tarde, já nos anos 50, eram considerados

*«dignos trabalhadores que contribuíram para o desenvolvimento do distrito, principalmente nas áreas exercidas na cidade da Beira, no comércio; com lojas de venda de mercadorias aos indígenas do interior e na cidade com lojas de venda de artigos de bela loiça chinesa, estatuetas e outras diversas peças de valor, etc. O seu Clube (edifício de 2 andares) era o lugar eleito de encontros sociais e tradicionais festas chinesas e foram eles que introduziram o jogo Mah Jong que rapidamente foi aceite e muito praticado por residentes portugueses. Foi nas lojas comerciais dos chineses*

<sup>56</sup> Em 1920, a população chinesa da Beira tinha crescido bastante e era mais diversificada do ponto de vista das actividades económicas e das profissões. Muito naturalmente, alguns membros da comunidade desejaram fundar uma associação reconhecida pela potência colonizadora (e, neste caso da Beira, também pela Majestática). Assim, dois anos depois, aos dez dias do mês de Outubro de 1922, em sessão extraordinária da colónia chinesa da cidade, foi resolvido fundar a associação, tendo sido discutidos nessa assembleia os estatutos, que foram aprovados. A primeira direcção ficou constituída por Chen Hen, presidente, Chin Pim, vice-presidente; Eruil Shung Chin, secretário, e Ng Deep, também secretário. A 5 de Dezembro desse mesmo ano foi requerido à Secretaria-geral da Colónia por Ah Quin, Man Min, Hoo Yuen, Chin Hon a aprovação dos referidos estatutos. Em 1923 foi autorizada pela administração portuguesa a criação da associação. O edifício para a sede da colectividade já tinha começado a ser construído em 1921, e ficou concluído dois anos após a legalização, passando a ser conhecido entre os colonos por *Grémio Chinês* ou, mais usualmente, por *Clube Chinês*. Mas no frontispício do edifício ficaram inscritos até hoje os três caracteres da Irmandade: *Chee / Kung / Tong*. Este é o nome de uma confraria secreta que nasceu nas comunidades chinesas ultramarinas no século xix para ajudar os revolucionários contra a Dinastia Ching. A confraria angariava fundos, ajudava os clandestinos e organizava acções políticas contra a Corte Imperial. As comunidades de emigrantes tornaram-se as principais fontes de recolhas de fundos contra o regime imperial. A *Chee Kung Tong* estaria relacionada, ou terá nascido da sociedade secreta Hung Mung, de Cantão. Após a vitória do Kuomintang em 1911, esta e outras irmandades semelhantes continuaram nas comunidades chinesas continentais e do ultramar com fins associativos, de beneficência e de ajuda mútua, revelando-se essenciais para a coesão comunitária. Eram sociedades de solidariedade ou sociedades profissionais. Foi assim na Beira, onde a *Chee Kung Tong* foi a matriz da associação *Lui Pai Hong* com habitações de madeira e zinco sobre estacas para os desempregados, viajantes e clandestinos, e do *Clube Chinês*, no qual passou a funcionar um tribunal para a comunidade. Assim foi em Lourenço Marques, com a criação da *Chee Kung Tong* local. A *Chee Kung Tong* (ou Chih Kung Tong, ou ChiKung Tong) era uma associação para a qual se entrava através de um rito iniciático, secreto, e com um juramento de fidelidade e de confidencialidade em relação a tudo o que se passasse e fosse decidido dentro da confraria. Os membros da sociedade faziam-se conhecer por gestos, maneiras de estar e de vestir. Tal como nas lojas maçónicas. A *Chee Kung Tong* era nessa época como uma maçonaria. Talvez por isso, nas campas de Ng Deep (aliás: Ng Kei Yu) e de Ah Quin, no Cemitério Santa Isabel, na Beira, estejam gravados os símbolos maçónicos: o esquadro e o compasso. Mas pode ser também que estas personagens pertencessem à Maçonaria de Hong Kong ou de Cantão, relacionada com as lojas maçónicas dos britânicos na região e fossem simultaneamente membros da *Chee Kung Tong*. Sun Yat-sen, o primeiro presidente da República da China, era maçom e da *Chee Kung Tong*. O *Clube Chinês* passou a ser o coração onde pulsava a vida da comunidade. Aí conferenciavam, se divertiam e celebravam as grandes cerimónias culturais das suas terras de origem. Dentro dele realizavam-se todos os anos estronosas festas, a que assistiam as pessoas gradas da terra. Mas por alturas de 1932, e em consequência da crise económica, as festas foram perdendo o fausto primitivo e terminaram por se resumir a simples festejos. Voltariam a ser importantes depois da Guerra, mas não já no mesmo contexto colonial e mundial.

*que pela primeira vez vi o contador mecânico ábaco para cálculo aritmético manuseado com destreza e infalibilidade [...]»<sup>57</sup>.*

E nos anos 60, eram considerados

*«ordeiros, trabalhadores, disciplinados, fazendo a sua vida própria, mas confraternizando com os portugueses. Os chineses da Beira são portugueses na sua maioria também e disso se orgulham. O único grupo de escuteiros e de guias que existe na Beira é o da Escola Chinesa. Num gesto verdadeiramente interessante e digno de nota, uma delegação de rapazes e raparigas chinesas, envergando os seus uniformes de escuteiros e de guias, manifestou a sua adesão ao Jamboree da Saudade que teve lugar na Beira, e que foi depor flores no monumento a Caldas Xavier. Registamos o facto com toda a simpatia. Foi um gesto que nos sensibilizou e que mais uma vez veio definir a boa gente chinesa que vive na Beira. Os chineses constituem uma comunidade bastante simpática de agricultores, pequenos comerciantes e, presentemente também, de pescadores. Ao contrário dos indianos que canalizavam por todos os meios legais e ilegais os seus lucros e rendimentos para a terra natal, os chineses investem normalmente os seus proventos no país de adopção, onde têm encontrado tão franca hospitalidade e tão cordial acolhimento» (Nunes, 1963: 23).*

A visão dos negros e dos indianos não era propriamente esta. O principal testemunho é a carta que F. S. Dias, de 25 anos, motorista, natural de Tete e residente na Beira enviou à *Voz Africana*, na qual protestava contra a maioria de cafés e casas de pasto para indígenas patrocinados pelos chineses: *«Ora estes em vez de servirem os seus clientes como os cafés europeus fazem, servem-lhes de cafés ou, chá preparados por mistura de tabaco e saco queimados, o que muitas vezes por descuido dos preparadores...»* (Capela 1974: 103).

Mas para a comunidade cantonense no seu conjunto, essa associação e outras que se tinham já formado e as que continuaram a constituir-se (e a extinguir-se) não suplantaram em definitivo a identidade clânica e aldeã dos imigrantes e muito menos a identidade dos seus filhos nascidos na colónia de mulheres chinesas ou de mulheres negras africanas.

Os descendentes chineses nascidos na colónia e que se tinham identificado cada vez mais com a cultura europeia dominante esbarravam por isso contra essa classificação. A identidade deste grupo sino-moçambicano tornou-se perma-

<sup>57</sup> Luís Manuel S. Fernandes [Rua Gil Vicente n.º 67, r/c D.º // São João do Estoril // 2765-069 Estoril], cartas de 19/5/2003.

nentemente uma negociação entre uma auto-identidade e uma exo-identidade definida pelos outros.

Em relação aos negros e aos indianos a definição que estes faziam dos chineses como a de um grupo étnico subalterno dos brancos e racista afectava-os nas suas estratégias de definição com vista a uma integração numa identidade colectiva flexível moçambicana como identidade imaginária de referência.

## Bibliografia

- Arquivo Histórico Ultramarino (1881). «Moçambique, 1ª República», Pasta 3, Cap. 2, 20.08, Lisboa, Direcção Geral do Ultramar.
- Alpers, Edward A. (1975). *Ivory & Slaves in East Central Africa*. Londres, Heinemann.
- Alpers, Edward A. (1998). «Recollecting Africa: Diasporic Memory in the Indian Ocean World», paper presented at the conference «African Diaspora Studies on the Eve of the 21st Century», Department of African American Studies, University of California, Berkeley, April 30 - May 2, 1998.
- Alpoim, Armando de (1931). «Le commerce», separata de Moçambique. Paris, Exposition Coloniale Internationale.
- Boletim Oficial (de Macau) (1958) n.º 2, de 6 de Novembro.
- Boletim Oficial (1907) n.º 26, de 1 de Julho (Suplemento).
- Boletim Oficial do Governo-Geral da Província de Moçambique (1858), n.º 9, de 27 de Fevereiro (Parte Oficial).
- Boletim Oficial (1961) n.º 36, I, de 14 de Setembro (Suplemento).
- Boletim Oficial (1913) n.º 44, de 1 de Novembro.
- Booth, Martin (1992 [1990]). *As Tríades – As Irmandades Criminosas Chinesas*. Lisboa, Publicações Europa-América.
- Cahen, Michel (1998). «L'Etat Nouveau et la Diversification Religieuse au Mozambique». Lisboa, CESA, ISEG-UTL (Documentos de Trabalho, 49).
- Capela, José (1973). *O Vinho para o Preto*. Porto, Afrontamento.
- Capela, José (1974). *Moçambique pelo seu Povo. Selecção, prefácio e notas a cartas de Voz Africana*. Porto, Edição de José Soares Martins, 3ª edição (Colecção As Armas e os Varões).
- Capela, José (1982). *O Movimento Operário em Lourenço Marques, 1898-1927*. Porto, Afrontamento.
- Capela, José; Medeiros, Eduardo (1987). *O tráfico de escravos de Moçambique para as Ilhas do Índico, 1720-1902*. Maputo, Imprensa Nacional de Moçambique.
- Capela, José (1993). *O Escravismo Colonial em Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- Capela, José (1995). *O Álcool na Colonização do Sul do Save. 1860-1920*. Maputo.
- Capela, José (2002). *O Tráfico de Escravos nos Portos de Moçambique*. Porto, Afrontamento.
- Costa, Eduardo (1902). *O Território de Manica e Sofala e a Administração da Companhia de Moçambique, 1892-1900*. Lisboa, Typ. da Companhia Nacional Editora.
- Costa, Mário Augusto da (Cap.) (1940). *Do Zambeze ao Paralelo 22º. Monografia do Território de Manica e Sofala sob a Administração da Companhia de Moçambique*. Beira, Imprensa da Companhia de Moçambique.
- Cuche, Denys (2003). *A Noção de Cultura nas Ciências Sociais*. Lisboa, Editora Fim de Século, 2ª edição.
- Dias, Jorge; Viegas Guerreiro, Manuel (1958). *Missão de Estudos das Minorias Étnicas do Ultramar Portugueses. Relatório da Campanha de 1957 (Moçambique e Angola)*. Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigação do Ultramar.
- Ferrão, João (2000). «Identidades e Território: Uma relação a esclarecer», Arquivo de Beja, Actas das III Jornadas/Congresso, Tomo I.



- Guedes, João (1991). *As Seitas – Histórias do Crime e da Política em Macau*. Lisboa, Livros do Oriente.
- Lobato, Alexandre (1970). *Lourenço Marques, Xilunguine. Biografia da cidade*. Lisboa, Agência Geral do Ultramar (I-Parte Antiga).
- Lopes, Padre António (1982). «Carta aberta aos Amigos da Ilha», *Jornal Notícias*, 9 de Outubro de 1982.
- Machado, Isabel de (1993). «África deles», *Macau*, Revista do Gabinete de Comunicação Social de Macau.
- Medeiros, Eduardo (1988a). *As Etapas da Escravatura no Norte de Moçambique*. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane.
- Medeiros, Eduardo (1988b). *Bebidas Moçambicanas de Fabrico Caseiro*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Col. Estudos, 5.
- Medeiros, Eduardo (1996). «Etnias e etnicidades em Moçambique - Notas para o estudo da formação de entidades tribais e étnicas entre os povos de língua(s) emakhuwa e élmwè e advento da etnicidade macua e lómuè», comunicação apresentada ao «Congresso de Cientistas Portugueses radicados no estrangeiro», Universidade de Aveiro, 18-20 de Dezembro de 1995, in *Cientistas Portugueses Residentes no Estrangeiro*. Aveiro, Fundação João Jacinto de Magalhães.
- Medeiros, Eduardo (1997). «Etnias e Etnicidade em Moçambique. O advento do mundo Sena. Das origens a 1918», in José Carlos Venâncio (coord.), *O Desafio Africano*. Ed. Vega e Universidade da Beira Interior, 59-82.
- Medeiros, Eduardo, s/data. «Evolução Demográfica das Comunidades Chinesas em Moçambique, 1858-1975» (não publicado).
- Melo, Alexandre (2002). *Globalização Cultural*. Lisboa, Quimera.
- Moreira, José (1997). *Os Assimilados, João Albasini e as eleições, 1900-1922*. Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, Col. Estudos, 11.
- Nunes, Figueiredo (1963). *Moçambique-1962*. Lourenço Marques, Tip. Académica, Lda.
- Penvenne, Jeanne (1993). «Trabalhadores de Lourenço Marques, 1870-1974». Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique (coleção de 5 artigos com uma introdução e um ensaio original para o volume publicação de 1994).
- Penvenne, Jeanne (1996). «João dos Santos Albasini (1876-1922): The Contradictions of Politics and Identity in Colonial Mozambique», *Journal of African History*, 37 (3), 417-464.
- Rebelo, Domingos José (1970). «Chinese Extraction Group in Mozambique», *Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique*, 39, 133-141.
- Rocha, Aurélio (2002). *Associativismo e Nativismo. Contributos para o estudo das origens do nacionalismo em Moçambique*. Maputo, Promédia.
- Zamparoni, Valdemir (2000). «Monhés, Baneanes, Chinas e Afro-maometanos. Colonialismo e racismo em Lourenço Marques, Moçambique, 1890-1940», *Lusotopie*, 191-222.